

DE FÓRUM E PRECONCEITO: UMA REFLEXÃO INICIAL

Maria Teresa Ginde de Oliveira¹

Esta *pensata* tem por objetivo registrar algumas de minhas observações e reflexões acerca da recepção, por parte dos alunos (turma de 2007) do curso de Pedagogia da Unimes Virtual – em que participei como professora de *Leitura e Produção de Texto* – do tema “preconceito lingüístico”, discutido em um Fórum Disciplinar.

Quando preparei as aulas da disciplina, preoquei-me em chamar a atenção dos alunos para os diferentes contextos de leitura e produção de texto. Com isso, cheguei às variações lingüísticas e níveis de linguagem e, naturalmente, à nossa capacidade de nos adequarmos às diferentes situações de elocução. Num primeiro momento, pensei que tratar esse tema seria muito útil para alunos que estão iniciando um curso universitário, no qual produzirão textos de variados gêneros e que, portanto, precisarão adequar a linguagem a cada um deles. Mas, em seguida, considerei que eles são ou serão professores e que, nessa condição, entram ou entrarão em contato com crianças, jovens e adultos, os quais também serão leitores e produtores de texto. E, no papel de professor, terá chegado o momento de eles considerarem as circunstâncias que cercam o ato de ler e de escrever dos estudantes sob sua orientação. Mais ainda, terão a responsabilidade de inserir seus alunos na sociedade letrada em que vivemos, evitando qualquer tipo de exclusão, inclusive, ou principalmente, a lingüística. Isso me levou, então, a elaborar um capítulo que é, na verdade, um resumo do conhecido e polêmico livro de Marcos Bagno: *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*.

Mais tarde, na vídeo-aula correspondente a esses temas, utilizei duas fotos de José Eduardo Camargo, publicadas em *O Brasil das placas: viagem por um país ao pé-da-letra*¹, com o objetivo de sensibilizar os alunos para a questão da “noção de erro” e do “preconceito lingüístico”. Embora tenha abordado rapidamente o tema, tentei tratá-lo de modo positivo, mostrando que, mesmo não seguindo a norma culta da língua, seus usuários são capazes de se comunicar na modalidade escrita.

¹ José Eduardo Camargo e L. Soares. *O Brasil das placas: viagem por um país ao pé da letra*. S.P.: Ed. Abril, 2003.

Vinte dias depois de essa aula ter sido inserida no ambiente virtual de aprendizagem, lancei um fórum tratando do tema. Como esse já era o terceiro da disciplina, aproveitei a oportunidade e alertei os alunos para a necessidade de cuidarem um pouco mais da linguagem. O texto de apresentação dessa atividade é o seguinte.

Na aula 13 de nosso livro-texto, apresentei a vocês uma síntese da obra *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*, de Marcos Bagno.

Pela importância do tema, em especial para profissionais da Educação, quero voltar a ele neste fórum. O preconceito lingüístico é só mais um dos muitos que existem? Há grupos que lutam contra esses outros “tipos”, há ações afirmativas que procuram acabar com eles ou ao menos minimizá-los. O que se pode fazer para combater o preconceito lingüístico, para incluir as pessoas que possuem menos competência no uso da norma culta da língua portuguesa?

E já que estamos trabalhando esse tema, quero pedir a vocês que prestem mais atenção aos textos que produzem nos fóruns. Procurem revisá-los antes da postagem. Devemos respeitar nossos alunos, a “língua” por eles utilizada, mas devemos, também, ajudá-los. E uma das formas de fazer isso é usarmos corretamente a língua, tanto oralmente como por escrito. Vocês não acham?

Nos dois primeiros fóruns, não se esperava que os temas propostos gerassem polêmicas, mas que servissem como um momento de reflexão acerca da relação dos alunos com os textos. E realmente não geraram: embora a maioria dos participantes tenha feito comentários pertinentes, percebia-se certa unanimidade impensada, não só de pontos de vista mas também de argumentação,

inclusive com clichês e frases feitas. Foram raros os que realmente trouxeram alguma contribuição para a discussão.

Ao elaborar o terceiro fórum, considerei que, possivelmente, a aula-texto e a vídeo-aula teriam aguçado a curiosidade, a observação e a reflexão dos alunos e que, portanto, haveria chances de que este fosse mais produtivo. E, a meu ver, ele realmente foi, pois os comentários revelaram que o “preconceito lingüístico” continua polêmico, mesmo entre aqueles que, teoricamente, estavam sendo apresentados a ele neste Fórum.

Obviamente, os contraditórios situam-se dentro das possibilidades dos participantes, pessoas que estão cursando o segundo semestre do curso de Pedagogia e que, provavelmente, não têm formação em Lingüística. Algumas delas mostraram que têm uma história para contar, como F.F.F.C., cujo comentário² transcrevo abaixo:

Quero comentar este assunto usando de uma breve narrativa de uma experiência vivida por mim, ainda adolescente.

*Sempre morei em Santo André - SP mas, mais ou menos aos quatorze anos mudei-me com meus pais para Iguape, uma pequena cidade do litoral sul de SP, bem próxima a Curitiba. Bem, já dá para imaginar as dificuldades que passei por ter um "sotaque" diferente da população, pois em Iguape o "E" tem som de "I" no final das palavras, enquanto em São Paulo se diz "I".
Ex.: LEITE = LEITI.*

Portanto posso dizer que o processo de inclusão deve passar também pelo respeito às diferentes formas de expressão do nosso povo, pois isto define

² Na transcrição dos comentários, respeitei os “erros” e “acertos” cometidos pelos autores, tanto os de (des)obediência à norma quanto os relativos à construção de frases e períodos. A única alteração diz respeito à formatação: uniformizei-os. Todos os textos foram citados na íntegra e identificados com as iniciais de seus autores.

as origens culturais de cada indivíduo. Isso não significa dizer que a forma culta não necessite ser aprimorada, trabalhada, mas é possível "ouvir", despindo-nos de preconceitos, àqueles que, mesmo sem dominar plenamente o uso correto da língua escrita, têm algo a dizer!

Nesse depoimento, fica claramente documentada a intolerância com relação à variação lingüística derivada das diferenças regionais³. Já o comentário de D.S.P. trata de um preconceito lingüístico “às avessas”:

Creio que precisamos distinguir duas diferentes posturas.

Uma é a daqueles que consideram que o uso correto da língua é fundamental para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, visto que sem tal capacidade fica fechada a porta para um imenso mundo cultural, presente em textos de maior complexidade. Do mesmo modo, tal competência é essencial para estar bem informados sobre o mundo ao nosso redor, o que inclui o desenvolvimento de habilidades essenciais ao desempenho de diversas e importantes funções sociais.

Neste sentido, não é um preconceito esperar que um professor seja competente no uso da língua culta, do mesmo modo que temos de esperar tal competência de juízes, jornalistas, cientistas e muitos outros profissionais. Assim, quando tal competência é exigida para o acesso ao Instituto Rio Branco, não devemos imaginar que a mesma decorre de um preconceito, mas de um conceito fundado em uma exigência legítima e razoável.

³ Neste Fórum, apareceu pelo menos mais um depoimento cujo autor havia presenciado, dentro da escola, atitudes intolerantes à fala característica de outra região.

Por outro lado, podem existir pessoas que julgam outras com base em características que não se relacionam ao atributo julgado. Assim, duvidar do caráter de alguém porque não consegue conjugar o verbo 'ser' corretamente seria sinal de um evidente preconceito. No entanto, não me parece que preconceitos desta espécie estejam espalhados pelos nosso país. O que resta evidenciado pelos problemas que nosso Presidente tem com nosso idioma.

Na verdade, acredito que exista um pequeno preconceito em sentido contrário. Ou seja, muitas pessoas são negativamente prejudgadas com base em seu uso correto da língua culta, e rotuladas como esnobes ou "caretas".

A intolerância, nesse caso, adviria de fatores sociológicos, que, como explica Dino Preti, “comportariam variações não só ligadas aos interlocutores, como, por exemplo, sua profissão e classe social, sua cultura e grau de escolaridade, suas tradições, suas atividades recreativas ou intelectuais etc.; mas também variações que dizem respeito ao local em que vivem os participantes do diálogo, dentro da comunidade, desde que essa localização possa ter-lhes transmitido influências decisivas sobre a língua que falam”⁴. Em ambos os comentários, os participantes do Fórum, direta ou indiretamente, citam casos que revelam a existência de preconceito lingüístico não só com relação ao que “fala errado”, mas também ao que “fala diferente” ou ainda ao que faz “uso correto da língua culta”. Sob esse aspecto, a meu ver, a participação de F.F.F.C e D.S.P. (e de outros que também tinham uma história para contar) pode ser considerada colaborativa, além de ter comprovado a necessidade de futuros educadores se inteirarem de que o preconceito lingüístico existe, que não pode ser ignorado e que se deve refletir sobre ele. É o caso, por exemplo, de A.J.S., que revela surpresa diante do que ouviu e leu:

⁴ *Sociolingüística: os níveis de fala, um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira*. S.P.: Ed. Nacional, 1974, p.23.

Combatemos o preconceito lingüístico fazendo o que MARCOS BAGNO fez, orientar. Eu não sabia se quer que alguém se preocupava com isso. Informação como essa, abre a visão , e nos permite ver o mundo maior do que estamos acostumados a ver. Parabéns pela aula.

Como era de se esperar, vários alunos tentaram encontrar causas que explicassem o preconceito lingüístico e ações que acabassem com ele. A.M.R. diz:

As vezes me pergunto o porque de sermos tão preconceituosos. O preconceito linguístico, como outros, infelizmente existe. A língua é o que um povo uma nação têm de mais precioso, através dela descobrimos sua cultura, seus costumes,etc. Acredito eu que para se extinguir com o preconceito é preciso uma mudança partindo do governo da nação,capacitando nós professores a sabermos como lidarmos com esse tipo de preconceito e dando apoio total para que todos em geral tenham acesso a livros, jornais,etc.

O autor do comentário acima ressalta o valor da língua para a cultura de um povo e a responsabilidade do governo e dos próprios professores, que não sabem como lidar com “esse tipo de preconceito”. A frase do aluno deixa subentendido que, com outros tipos de preconceito, os professores já aprenderam a lidar. Essa, aliás, é também a posição de outros participantes do Fórum.

Transcrevendo trecho⁵ de um artigo disponível na internet, M.F.S. coloca o preconceito ao lado de outros existentes e analisa:

⁵ Ao escolher este comentário, quis registrar não só a análise nele contida, mas também uma atitude, conhecida de todos os professores, em ensino a distância ou presencial, que vem aparecendo, cada vez com mais freqüência, na elaboração de trabalhos de alunos de todos os níveis: a cópia pura e simples de

Há um preconceito nos brasileiros, em que eles discriminam o próximo por sua opção sexual, cor, sexo, por não saberem português, etc., no entanto combater o preconceito lingüístico nem passa pelas suas cabeças, pois é como se não existisse, já os outros tipos de preconceitos são enquadrados dentro dos “politicamente incorretos” como já citados anteriormente.

O preconceito é algo que encontramos em nosso cotidiano, e ele se disfarça para tornar a variabilidade lingüística um “erro”.

Talvez procurar as causas deste preconceito e taxá-lo de “errado” também não seja “certo”, pois o que há não é uma tentativa de concertar os “erros” lingüísticos de nossa sociedade, mais um medo de não conseguir continuar impondo suas vontades sobre os demais.

Isto é, o preconceito lingüístico é “disfarçado”, pois, se ele fosse revelado, teria mais condições de ser combatido, o que não interessa àqueles que pretendem “continuar impondo suas vontades aos demais”. Talvez M.F.S. tenha conseguido mostrar por que A.J.S. se espantou quando soube que “alguém se preocupava com isso”.

De modo geral, os comentários mostraram que os participantes entenderam qual a variedade lingüística preferencialmente analisada por Marcos Bagno. Alguns deles, no entanto, fizeram um outro recorte e trataram da linguagem dos jovens. Dentre eles, chamou minha atenção o comentário “democrático” de J.R.T.R.:

textos disponíveis na *web*. A facilidade com que se acessam os mais diferentes tipos de textos por meio dessa ferramenta é potencializada, parece-me, no ensino a distância. Além do aspecto ético e legal que essa prática envolve, ela acaba anulando a “autoria” dos estudantes. Talvez, nesse âmbito, tal noção logo precise ser revista, e o critério da “escolha” da informação, das fontes, passe a predominar.

Nos dias atuais, o que podemos observar é uma geração falando cada vez mais errado, isto é, com a utilização do computador os jovens não estão mais se preocupando com a maneira correta da escrita.

Eles estão criando uma linguagem particular, onde não podemos interferir, o que podemos fazer é tentar entender o que está acontecendo com essa geração e mostrar a forma ideal de escrever para a sociedade.

O uso correto seria o ideal para nós mas, o que é correto ?

Até onde podemos interferir?

Afinal é o conhecimento de mundo deles e isso deve ser levado em conta, já dizia nosso querido Paulo Freire:

_ Precisamos aceitar a evolução e aprender com nossos jovens e não ficar achando que sabemos tudo e não precisamos de mais nada!

Sei como educadora que nossa escrita é muito importante mas, sei também que preciso estar atenta com o mundo deles.

A referência ao “erro”, que aparece no comentário de M.F.S., e a relativa à “evolução”, feita por J.R.T.R., registram claramente aquilo que os estudiosos já vêm mostrando há muito tempo: “Não se sabe de nenhuma língua que seja uniformemente falada por velhos e jovens, homens e mulheres, pessoas mais ou menos influentes, em qualquer circunstância”⁶. J.R.T.R, apesar de aberto às “novidades”, mostra-se consciente da necessidade de “mostrar a forma ideal de escrever para a sociedade”. Essa, na verdade, foi a posição adotada pela maioria dos participantes, inclusive por M.A.S.L., que aponta causas do preconceito, além de registrar dois aspectos também bastante lembrados: o direito de manifestação e o respeito à diferença:

⁶ Sírio Possenti. “Gramática e Política”. In: *Leituras no Brasil: antologia comemorativa pelo 10º COLE*. Campinas, S.P.: Mercado de Letras, 1995, p.80.

Preconceito existe sim, e é diferenciado de acordo com a cultura de cada região, muitas vezes ele acontece pelo indivíduo não ter acesso a cultura letrada. O maior problematizador e o fator aquisitivo, que gera uma desigualdade entre as classes, nesse contexto o preconceito continua fazendo parte em nosso meio cultural. Com todas as diferenças que o país nos proporciona, temos que saber ouvir, dar fala ao outro reconhecendo o direito inalienável de se manifestar, seja qual for a origem da manifestação. Cabe ao professor encontrar um ponto de equilíbrio, buscando em sua prática melhor adequar a fala à escrita, preparando este aluno para a norma culta, sem no entanto ferir sua cultura.

Assim também pensa P.P. que, como muitos, vê na leitura, apresentada de modo agradável e criativo, uma solução para melhorar “o português falado e escrito”, relatando, inclusive, uma experiência que teria envolvido completamente os alunos.

O que mais falta no mundo hoje é SENSIBILIDADE e sobra DESRESPEITO.

Aquele velho mandamento deveria ser atual: não fazer ao outro aquilo que não quero que façam para mim.

O que fazer para melhorar o português falado ou escrito de nossos alunos?

Trabalhar a leitura de forma agradável, criativa (elaborar projetos neste sentido).

Conheço uma professora que conseguiu desenvolver o amor pela leitura e pela escrita em seus alunos, fazendo papel de "carteiro". Ela tinha duas turmas de escolas e idades diferentes, e estas turmas trocavam idéias entre elas.

Ela, a professora, jamais obrigou nenhum aluno a participar. O engraçado é que todos, das duas turmas, quiseram participar. Nem lembrá-los da data de entrega das cartas era necessário.

No comentário abaixo, C.A.S. compartilha o modo como trabalha as dificuldades de seus alunos de Alfabetização de Jovens e Adultos, sugere uma atitude que considera adequada para “educar sem impor” e registra depoimentos de alunos que passaram a “falar corretamente”.

Uma atitude a se tomar para levar a linguagem culta a pessoas sem este conhecimento seria criar mais programas de fácil acesso ao público, exemplo o programa Nossa Língua da TV Cultura é uma forma de ensinar, educar sem impôr. Gostaria de comentar como abordo esse tema com meus alunos de Alfabetização de Jovens e Adultos, não é fácil as pessoas costumam falar de seu jeito e é difícil mudar, muitas vezes pronunciam as palavras erradas mas as escrevem corretamente, trazem consigo vícios de linguagens (não sei se o nome correto é este), para mediar este conflito, trabalho com textos de jornais e revistas, fazendo com que tenham um contato direto com a linguagem culta, quando falam errado procuro lembrá-los como lemos e escrevemos aquela palavra em determinada aula, a luta é constante pois muitos dizem que vão rir deles se começaram a falar corretamente, já ouvi vários testemunhos de alunos que chegaram chateados porquê os colegas de trabalho riu deles, mas já ouvi também dizerem que depois que comeram a estudar, começaram a falar bonito.

Este é uma grande desafio ensiná-los que falar e escrever corretamente também faz parte de seu aprendizado.

É interessante notar uma “coincidência”: os alunos de C.A.S. “dizem que vão rir deles se começarem a falar corretamente”, e D.S.P. (autor do segundo comentário transcrito), embora a partir de uma análise que leva em conta um contexto completamente diferente, faz referência ao fato de muitas pessoas serem “negativamente prejudicadas com base em seu uso correto da língua culta, e rotuladas como esnobes ou ‘caretas’”.

De qualquer forma, apesar das diferenças facilmente visíveis entre esses comentários, ambos apontam posturas cristalizadas diante das variedades lingüísticas (assim como as há quando se trata da gramática). É do que trata, enfaticamente, M.S.N. no comentário abaixo.

Em muito a escola e o livro didático tem contribuído para o preconceito lingüístico e estes tem permeado a nossa vida escolar, podemos ser cristalizadores ou na subversão desse preconceito, principalmente quando nos deparamos com a sala de EJA é preciso muito cuidado pois os mais velhos vem com a sua cultura ainda mais enraizada, usando de seus valores que receberão desde a infância ,e que devem ser respeitados. Os PCNs contemplam o preconceito lingüístico, vai ai uma dica a nossos colegas ,pois a maioria desconhece o trabalho do PCN, relegando-o a somente “mais um material do governo” e embora muitas vezes, existam os problemas, com relação a esse referencial ele só poderá ser mudado se encontramos o porque mudar, com relação ao preconceito ele reconhece a existência de diversidade cultural e lingüística no Brasil, porem por parte dos educadores ainda existe uma omissão como se esse preconceito não existisse.

“A questão não é falar certo ou errado, mas saber qual forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro às diferentes situações comunicativas. (...) A questão não é de correção da forma, mas de sua adequação às circunstâncias de uso, ou seja, de utilização eficaz da linguagem: falar bem é falar adequadamente, é produzir o efeito pretendido”. (PCN Temas Transversais)

Enfim, para encontrarmos caminhos, para superar o preconceito lingüístico, é preciso compreendê-lo, não ferindo a cultura de ninguém e ao mesmo tempo trabalhando o que é necessário, para ajudar nosso educando a adequar da melhor maneira possível para entender e se fazer entender ,não existem formulas mágicas para a sala de aula,cada sala e atípica e somente poderemos aqui discutir o que fazer conhecendo a nossa clientela,como nos aponta Marcuschi (1997p.44).

*“o principal não parece apenas **dizer as coisas adequadamente**, como se os sentidos estivessem prontos em algum lugar cabendo aos falantes identificá-los. (...) [a escola] deveria fazer o aluno exercitar o espírito crítico e a capacidade de raciocínio desenvolvendo sua habilidade de interagir criticamente com o meio e os indivíduos” (grifos do autor).*

Bibliografia

MARCHUSCI, L. A. (1997). “Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica” In: *Trabalhos de Lingüística Aplicada n° 30*. Campinas: Unicamp

Ao optar por fundamentar sua argumentação na autoridade de L.A. Marchusci, M.S.N. não só enriqueceu seu comentário como colaborou para o entendimento do tema em discussão: no primeiro trecho citado, a importância da adequação do registro, e, no segundo, o passo adiante que a escola deve dar para garantir ao estudante sua inserção “crítica” na sociedade.⁷ O comentário alerta ainda para o perigo da “omissão” que, talvez, possa ocorrer exatamente pelo “desconhecimento” que muitos professores têm do preconceito lingüístico. Só que, como bem lembra M.S.N., “não existem fórmulas mágicas”, é preciso encontrar caminhos. E L.R.G. sugere um, embora reconheça as dificuldades existentes:

Realmente. Infelizmente, as pessoas se esquecem da sua língua, tanto escrita como falada, e não percebem o quanto isso influencia nas suas vidas. Para combater o preconceito lingüístico creio que devemos apresentar sempre as formas corretas da língua e da escrita, porém existem vários fatores agravantes para que as pessoas continuem colaborando com esse preconceito. Acho que o primeiro é o meio social em que vivem, ou o grupo social, pois para mostrar adesão a esse meio ou grupo, esquecem de normas e regras sociais, quanto mais lingüísticas. O segundo é o interesse pessoal. As pessoas perderam o interesse pelo correto e pelo culto, aquilo que falam e/ou escrevem não tem tanta importância. Para estas, pode ser de qualquer jeito que está bom, se acomodam e não buscam se corrigir. Como educadores, devemos evitar que tudo isso ocorra conosco, pois está

⁷ Apesar de óbvio, devo registrar que M.S.N. fez um uso adequado da pesquisa efetuada para sua participação neste fórum. Seu procedimento pode ter colaborado para que os colegas percebessem que “pesquisar” não significa “copiar”, o que acontece, freqüentemente, no cruzamento dessa interface com a pesquisa.

ao nosso alcance, devemos apenas colocar em prática aquilo que queremos para nós mesmos e para nossos alunos.

Obs.: Espero que meu texto não tenha sido escrito com tantos erros, apesar dos gerúndios...

Como em outros registros, esses comentários ressaltam o papel do professor no “combate” ao preconceito linguístico e na valorização da língua. Mas, para isso, segundo J.R.M., o professor deve estudar e – citando Marcos Bagno – deve produzir “seu próprio conhecimento de gramática”:

De acordo com Marcos Bagno, além das variadas formas de preconceito existentes na sociedade, existe o preconceito linguístico. Marcos acredita que é preciso garantir o acesso à norma culta, mas também garantir uma educação mais ampla, aos bens culturais, à saúde e a habitação, enfim, a uma vida digna de cidadão com respeito.

Concordo plenamente com o que diz Marcos, é necessária uma mudança de atitude, estimulando a auto-estima linguística, e um desenvolvimento de senso crítico capaz de filtrar informações inúteis, preconceituosas, autoritárias e intolerantes. O professor também deve se mexer, refletindo no modo de como ensina e produzindo seu próprio conhecimento de gramática.

E, de certa forma, “estudar” foi o que fizeram alguns alunos que, como M.S.N., buscaram outras informações antes de sua participação efetiva neste fórum. Tanto buscaram que encontraram o contraditório em fontes de que dispunham. É o caso, por exemplo, de M.P.B.:

Preconceito esta palavra na sua concepção quer dizer que temos conceito pré-estabelecidos sem nos dar conta ou sem fazer uma análise completa da situação em que haja o fato.

Pesquisando sobre o trabalho de Marcos Bagno li uma entrevista onde ele afirma que os professores se concentrassem que é realmente importante e interessante na língua, se ajudassem os alunos a desenvolver sua capacidade, etc. Nessa mesma pesquisa também encontrei um artigo de José Maria e Silva onde ele inicia dessa forma:

Rodapé para um golpista da língua.

Se houvesse um código de Ética do Magistério, o sociolinguístico Marcos Bagno autor do famigerado Preconceito lingüístico deveria ter sua licença de professor cassada em caráter de urgência, ele mesmo confessa que engana seus alunos e discípulos, etc.

Fazendo um balanço pelo que pesquisei dos artigos cheguei a essa conclusão:

Concordo em termos com a reflexão de Bago, pois realmente tem muitos conceitos e morfologias que não são tão importantes na vida futura do educando, todavia este preconceito lingüístico que Bagno afirma que é forma de falar e escrever, pois em regra geral o educando escreve como ele pronuncia, a correção dessa linguagem oral e escrita de Craudia, craro, bicicleta , etc. não é preconceito e sim uma maneira de ajudar a se expressar melhor. Se afirmasse que a variação lingüística (Jerimum–abóbora) está sofrendo preconceito, pois há diversidade cultural em nosso enorme território, concordaria em totalidade com ele, mas da forma que ele

coloca tenho que concordar com o artigo de José Maria e Silva “ Rodapé para um golpista da língua”.

É muito interessante observar o primeiro parágrafo do comentário acima: M.P.B. revela que pretende se orientar pelas mesmas regras usadas por aquele a quem vai se opor. Em seguida, confessa que, em sua pesquisa, deparou-se com uma entrevista de Marcos Bagno e com um texto de José Maria e Silva. Do confronto dos dois, formou seu ponto de vista sobre o tema. No âmbito do Fórum, esse comentário exemplifica um procedimento salutar, na medida em que aponta o quanto o estímulo das propostas feitas pelo professor – que escolhe os temas e o modo de apresentá-lo – pode ser enriquecido pelas decisões de cada um dos participantes.

Um pouco menos enfático, mas igualmente apaixonado, é o comentário de M.P.M., que sinaliza, de antemão, a não concordância com a tese de Marcos Bagno:

O que vou escrever nesse fórum sei que vai dar o que falar... Mas, como é a minha opinião... vou correr o risco...

Linda ou feia, fácil ou difícil... A língua Portuguesa é a nossa língua... Portanto deve ser falada e escrita de maneira correta e pronto.

Se for preconceito corrigir, ensinar a maneira correta, saiba que sou a favor desses preconceituosos.

Ela é única, portanto, seja lá em que parte for do nosso país deve ser escrita e falada corretamente... Somos um país, todos vivemos nele, sendo assim, devemos falar e escrever igual e corretamente.

Para mim preconceito, é, criticar e não ajudar, as pessoas que não sabem falar ou escrever corretamente.

Essa é uma das razões que vamos a escola, ou não? Será que estou equivocada?

O brasileiro precisa dar valor e querer sempre o melhor para si e para o seu país.

Temos que entender que para ser alfabetizado a pessoa precisa saber ler, escrever e interpretar.

Sem pesquisa, sem confronto explícito de opiniões nem de argumentos, arcando com as conseqüências de sua opção, M.P.M. expõe, clara e objetivamente, suas “certezas” com relação ao tema. Um comentário desse tipo, embora totalmente oposto à tese apresentada no Fórum, acaba tendo com ela pelo menos um ponto em comum: a convicção de que a língua é de todos, mesmo não havendo unanimidade em torno dela.

Para encerrar, transcrevo o comentário de S.M.A:

Parece-me que há um mito por trás das colocações de Marcos Bagno, que, de certa maneira, vem à tona quando o autor afirma que "ler e, sobretudo escrever, não fazem parte da cultura de nossas classes sociais alfabetizadas". Ora, a verdade, como se depreende da leitura de inúmeras mensagens postadas neste e nos outros fóruns, é que a língua culta já não tem espaço mesmo nas classes acadêmicas, na elite social (veja o exemplo do Presidente da República, mais alto posto da nação, ocupado por um cidadão que não tem muito domínio da língua portuguesa, seja a portuguesa, seja a brasileira mesmo!!). Na medida que não se lê, não se aprende a falar. Lembro-me, mais uma vez, de minha mão, que sempre me disse que quem não lê não escreve nem fala corretamente. Eu queria saber

qual o critério para estabelecer que há uma "dominação dos letrados pelos iletrados"? Não seria esse um mito? Quantos professores universitários hoje em dia "assassinam" a língua portuguesa, sem o menor pudor? Se fizermos uma análise detida dos materiais publicados, em jornais, por exemplo, encontraremos milhares de erros gramaticais, muitos dos quais comprometem a comunicação. E é aqui que penso que deveria se fixar a nossa reflexão. A norma culta só tem um propósito como elemento possibilitador de um denominador comum na comunicação, ou seja, como um conjunto de regras que viabilizam o entendimento entre as pessoas. A grande dificuldade está em criar normas que não têm esse propósito, e simultaneamente desprezar aquelas que de fato atendem a esse fim. Como a professora tão bem colocou na proposta de fórum: "devemos respeitar" as pessoas, ajudando-as a usar corretamente a língua. Não acho que diminuir a importância da norma culta, ou atribuir-lhe o peso de ser mais uma geradora de preconceito, de algum modo ajude a melhorar a qualidade da educação como um todo, e muito menos ajude nossos alunos a encontrar o sucesso e a auto-realização.

O comentário de S.M.A., apesar do engano na transcrição de um trecho de Marcos Bagno – por sinal, citado corretamente por mim na apresentação da obra –, poderia ter gerado um salutar debate sobre o próprio caráter polêmico das idéias de Marcos Bagno e de outros lingüistas. A “Babel” vislumbrada e temida por S.M.A., de certa forma, já existe para ele, pois considera que “a língua culta já não tem espaço mesmo nas classes acadêmicas, na elite social” e que a norma culta é “um conjunto de regras que viabilizam o entendimento entre as pessoas”. Tomando essas afirmações como verdadeiras, conclui, logicamente, que as propostas de Bagno não ajudam a “melhorar a qualidade da educação como um todo”. O cotejo do texto de S.M.A com o de D.S.P. (o segundo transcrito), e dos de ambos com outros aqui transcritos, renderia uma análise interessante acerca do tema.

Muitos outros comentários de participantes deste Fórum mereciam estar registrados nesta *pensata*, mas creio que os selecionados formam um *corpus* adequado ao objetivo deste texto.

Ao longo do acompanhamento do fórum sobre preconceito lingüístico, comecei a refletir acerca do modo como ele foi trabalhado: houve três momentos, correspondentes a três recursos utilizados no ensino a distância – aula em formato de texto⁸, vídeo-aula e fórum. Os dois primeiros são unidirecionais: a “autoridade” escreve, o aluno lê; o professor fala, o aluno ouve. Portanto, não são muito diferentes dos utilizados numa sala de aula presencial em que o aluno não passe de mero receptor. Mas, ao mesmo tempo, julgo que tenham sido importantes, neste caso, para que os futuros professores entrassem em contato com o tema. De certa forma, as fotos mostradas e comentadas na vídeo-aula como que concretizaram o preconceito lingüístico diante dos alunos.

Por sua própria natureza, o fórum, diferentemente dos dois outros recursos, prevê a participação ativa do receptor que, assim, passa a ser emissor, intervindo na sua própria aprendizagem e, por conseguinte, na dos outros receptores/emissores. A bidirecionalidade proporcionada pelo fórum permite a troca, a construção conjunta dos conteúdos e da aprendizagem. Seu caráter “democrático” acolhe todo tipo de reflexão, o exercício da liberdade de expressão e o respeito a ela, desenvolve a autonomia, possibilita a inserção crítica do sujeito na comunidade (ainda que, nesse momento, virtual) da qual faz parte e, portanto, aceita o contraditório, o que, talvez, possa fazer surgir indivíduos tolerantes, livres de preconceitos.

Com isso quero dizer que, embora sejam várias as possibilidades de uso deste recurso, parece que há “temas”, ou modos de abordá-los, que são mais bem aproveitados quando trabalhados em um fórum, pois permitem uma exploração maior e mais significativa das características acima mencionadas. E o “preconceito lingüístico”, creio, foi, ou melhor, é, um deles.

⁸ Acerca desse recurso, diz Oreste Preti em “A ‘autonomia’ do estudante na educação a distância: entre concepções, desejo, normatizações e práticas”: “... o livro pode exercer uma espécie de ditadura, ‘ a ditadura do texto impresso’, como afirma Lea Fagundes, do texto concluído, que nos impõe uma leitura linear, dirigida, uma proposta de caminho que não pode ser alterada, que não reconhece no leitor sua capacidade de autonomia, de conduzir a leitura por outros caminhos”. In: Oreste Preti (organizador). *Educação a distância: sobre discursos e práticas*. Brasília: Líber Livro Ed., 2005, p.144.

Só mais uma consideração: da mesma forma que existem mitos evidenciadores, segundo Marcos Bagno, do “preconceito lingüístico”, a expansão do ensino a distância está fazendo com que surjam mitos em torno dele. Num relato de experiência publicado na obra *Avaliação da aprendizagem em educação on line*, Raquel de Almeida Moraes e Gustavo Barreto de Campos já alertam para a existência deles: “Mito I: Ensino virtual é um ensino de massa.”; “Mito II: Ensino a distância é mais fácil. [No sentido de menor trabalho e não na complexidade de conteúdos.]”; “MitoIII:o aluno da graduação não quer mais aula nem contato presencial”.⁹

Seria bom lermos esse relato. Seria bom lermos esse livro. E muitos outros. Por enquanto, detectaram três. Assim nasce o preconceito.

¹ Mestre em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), Professora da Universidade Metropolitana de Santos, Professora da faculdade de Administração do Universitas e Ex- Professora da F.F.L.C.H da USP.

⁹ Raquel de Almeida Moraes e Gustavo Barreto de Campos. Avaliando Futuros educadores em OEB on-line no CEAD/Unb: Uma Perspectiva emancipatória e humanista. *In:* Marco Silva e Edméa Santos (orgs.). Avaliação de aprendizagem em educação on-line. S.P: Edições Loyola,2006,p.413-433.